A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM MUNDO COMPETITIVO

Princípios da Economia Solidária

Denise Maria Maia – UFPR/UFMG ddenimaia@yahoo.com.br

Resumo

Articular concorrência e cooperação nos padrões tradicionais de compreensão destes conceitos pode parecer uma heresia. A convergência entre as duas modalidades pode ser orientada para um objetivo comum em ambientes que encerram forças de cooperação e conflito, sem dúvida ingredientes estimulantes para a eficiência e a incessante inovação. Apesar das divergências entre si, permanece evidente que, para os teóricos socialistas a instituição cooperativa tem um papel preponderante na preparação das pessoas para o trabalho em comunidade com o poder de decisão. Os resultados dos avanços tecnológicos incorporados ao processo traduzem-se em benefícios a todos os participantes.

Palavras-chave: economia solidária, competitividade, cooperativa popular.

1. Introdução

O tema da economia solidária está presente no cenário atual e constitui um ponto de partida para a análise das trajetórias e das realizações do movimento cooperativo nos países latino americanos, entre outros, como forma de repensar os desafios futuros. Compõe as preocupações das políticas localizadas que tentam minimizar os efeitos negativos do ambiente macroeconômico adverso.

As mudanças tecnológicas, organizacionais e institucionais resultantes de processos inovativos têm alterado os padrões de concorrência e comportamento das empresas com impacto sobre as estruturas de mercado. Em muitos casos a resposta tem sido a busca por flexibilidade que inclui novas técnicas organizacionais, de gestão da força de trabalho e de práticas inovadoras, além de redes de subcontratação que normalmente precarizam o mercado de trabalho. Esse processo de reestruturação produtiva tem exigido mudança de comportamento do trabalhador, o qual sofre seus efeitos mais nefastos em um mundo onde a liberdade individual reina soberana e se torna predicado na perpétua autocriação do universo humano. (BAUMAN, 1998 p. 9)

Para Bauman a tripla função desempenhada pelo socialismo moderno em relação à sociedade capitalista foi de expor a farsa da representação social do Estado, de não deixar encobrir a possibilidade de melhor cumprir essa promessa e ao mesmo tempo pressionar a sociedade para realizá-la no seu potencial. O caráter original do socialismo era de promover a idéia de que a qualidade da sociedade deve ser medida pelo bem estar do seu membro mais fraco. No entanto, a idéia de que a desempenho da modernidade no capitalismo, aquém dos fins declarados, seria melhor sob administração socialista, também parece estar superada. (ibid 1999, p. 278-279) Os questionáveis resultados das alternativas sistêmicas ao capitalismo tentadas até o presente comprometem o sonho de uma sociedade mais justa e descartam a planificação social como um meio válido. Parece o triunfo do individualismo! Mas identificamos, nesse mesmo mundo, sinais de que outras formas políticas podem ser gestadas: pensar urgentemente em outras formas econômicas alternativas com potencial emancipatório que têm acontecido no mundo todo, baseadas na igualdade, na solidariedade e preservação do meio ambiente é pensar em alternativas factíveis. Seriam alternativas com conteúdo e formas características

opostos aos do capitalismo, por não reproduzir desigualdades de recursos e de poder, sem conferir primazia ao benefício pessoal e tentando evitar a exploração crescente dos recursos naturais. Assim a solidariedade, a posse coletiva dos meios de produção autogeridos democraticamente com a efetiva participação das pessoas em vez da burocracia e o cuidado com as condições de vida da terra, representaria empreendimentos comprometidos com resultados qualitativamente diferentes destes que assistimos hoje.

A ausência de respostas macroeconômicas para solucionar a questão da pobreza e os problemas dela decorrentes, exceto os de distribuição regional ou setorial através de estímulos criados pela política econômica, deu lugar às intervenções locais para alcançar resultados mais efetivos. No entanto, os requisitos preconizados pela área econômica, como qualificação de mão de obra, escala de produção e equipamentos com tecnologia de ponta para enfrentar a concorrência e acumulação de capital, não estão ao alcance da população mais pobre. A natureza do desenvolvimento relacionada com as realizações materiais, as capacidades, a expectativa de vida ou direitos humanos, está intrinsecamente vinculada às oportunidades de escolha que permitem a cada pessoa levar a vida que gostaria. As escolhas não dependem necessariamente do acúmulo de riquezas obtido, mas sim do acesso às informações e do grau de cooperação que existe entre os membros de uma comunidade. A importância do cooperativismo no mundo hoje reside em que ele é uma organização capaz de mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras. Espera-se que os modelos de sucesso fornecidos pelas cooperativas existentes estimulem a sua imitação por outros, alcançando um efeito multiplicador.

Dentre as instituições de uma sociedade, o mercado é uma das que filtra a política econômica de diferentes formas, de acordo com a organização estabelecida. As instituições sociais modificam os efeitos esperados. Diferentes padrões de desenvolvimento que atingem o crescimento econômico não se traduzem necessariamente em benefícios para o desenvolvimento humano. A prioridade explicitada no discurso teórico que relaciona variáveis intervenientes fica relegada por outros, não explicitadas, que orientam as regras e decisões políticas.

No atual cenário de incertezas e riscos, fruto de mudanças intensas ainda em curso, ressurgem com intensidade novas formas associativas de organização

econômica. Esse processo, compatível com a doutrina e a prática cooperativista, requer a participação consciente das pessoas, tanto nesse como em qualquer sistema econômico.

2. Cooperativismo popular e solidariedade

O Cooperativismo Popular como um instrumento eficaz na organização social e produtiva de comunidades empobrecidas, fundamenta alternativas viáveis de sobrevivência e *emancipação* econômica e social dos trabalhadores, sem renda ou de baixa remuneração, por desvincular-se de intermediários e apropriar-se de maior parcela de valor gerado pelo seu próprio trabalho. Assim, genericamente, o desenvolvimento econômico e social pode também ser entendido como forma de promover melhores condições de vida para a população. O desenvolvimento assim entendido por diversos autores (Santos, 2002), inspira-se nos valores que enaltecem a condição humana da igualdade, da equidade e da cidadania, com a inclusão plena dos setores marginalizados na produção e repartição dos resultados do desenvolvimento. Cabe destacar que esta teoria não rejeita a idéia de crescimento econômico mas lhe impõe limites, subordinando-o a imperativos não econômicos. Seu caráter coletivo fortalece processos de construção de poder comunitário cujos efeitos de iniciativas econômicas populares podem contrariar as causas estruturais da marginalização e atingir a esfera política. (ibid. P44-57)

A solidariedade enquanto uma qualidade da organização autogestionária permeia, em tese, as relações de trabalho estabelecidas no desenvolvimento das atividades fins, nas relações de empreendimentos da mesma natureza e com a sociedade de modo geral. Por isso, o modelo autogestionário de empreendimento à luz da doutrina cooperativista pressupõe a efetiva participação das pessoas que devem reconhecer-se enquanto indivíduos capazes de conhecer e exercer seus direitos. Logo a estrutura organizacional autogestionária para esta população cooperativada e em busca de alternativas de sobrevivência, deve receber tratamento diferenciado e emancipatório pelo papel social que representa. Estes incentivos visam o desenvolvimento das suas capacidades ativas dentro da racionalidade da competência do liberalismo.

Os aspectos teóricos na discussão da sustentabilidade remetem ao conceito de desenvolvimento social, entendido, segundo Mldgley (1995) como promoção do bem-estar. Muitas vezes os autores que estudam essas questões dão fundamentalmente ênfase ao desenvolvimento com a sua universalidade e abordagem macro, efetuando apenas referências tangenciais ao desenvolvimento econômico, centradas na filantropia ou nas atividades básicas de assistência social.

Para Sen (2000), a atribuição de valor por um indivíduo a determinados objetos e ações está ligada, entre outras coisas, ao valor que os atos humanos possam ter em si mesmos, sendo que essas escolhas não são puramente racionais, com o objetivo de maximizar benefícios e reduzir custos. Esse autor considera a pobreza como a impossibilidade da pessoa atingir os funcionamentos mínimos necessários à sua manutenção e de sua família. Neste enfoque, o trabalho e a renda são partes constituintes de estratégias de combate à pobreza e não um fim em si mesmo. Além dos bens materiais (casa, terra, rebanho ou renda monetária) é necessário ter a oportunidade concreta de usar um determinado recurso (crédito, saúde, educação, informação). O acesso à tecnologia como forma de exercer a cidadania, ou seja, poder exercer e mudar direitos e obrigações. São processos de *empoderamento*, meios de expandir a capacidade das pessoas em controlar seu próprio futuro. Assim, os meios de vida referem-se ao conjunto de dimensões (produção, mercado, renda monetária, realização profissional, intelectual) envolvidas no estabelecimento de capacidades, na conquista de ativos tangíveis e intangíveis e na definição do comando sobre as mesmas. Os meios de vida têm sustentabilidade quando são capazes de manter ou expandir tais capacidades e bens não apenas no presente mas também para o futuro, superando tensões e choques sem causar prejuízos fundamentais à base de recursos naturais (SEN, 2000, p.92 e 2001 p.86).

Boaventura de Sousa Santos (2002) crítica a estreita racionalidade econômica. Contra a idéia de que o econômico é uma esfera independente da vida social, para cujo funcionamento se requer o sacrifício de bens e valores não econômicos, quais sejam, os sociais (i.e., igualdade), os políticos (i.e., participação democrática), os culturais (i.e., diversidade étnica), e os naturais (i.e., o meio ambiente). O Desenvolvimento Alternativo considera a economia como parte integrante da sociedade, subordinando os fins econômicos à proteção destes bens e valores (SANTOS, 2002, p. 53-54).

Entre os marxistas o assunto é polêmico, não havendo muita convergência. Nos teóricos do socialismo as apreciações sobre cooperativismo são múltiplas: uma das mais típicas vê as cooperativas no mundo capitalista como um conjunto mais ou menos denso de ilhas incapazes de contrariar a dinâmica global do sistema, embora funcionando como barreiras defensivas de alguns setores, através das cooperativas de consumo, de habitação, de crédito ou agrícolas. Considerado como um dos aspectos do associativismo operário nos primórdios do movimento cooperativista, estas concepções lhes atribuíam lugar e lhes assinalavam limites variáveis ao uso do conteúdo dos seus esquemas utópicos de transformação social como assinala Rui Namorado (1974, p. 10). Os debates concordam acerca da remota possibilidade do cooperativismo substituir o capitalismo e das virtudes da cooperação na construção do socialismo. Portanto, a relação de concorrência com o socialismo como alternativa ao capitalismo, e a relação de complementaridade como meio de promover a socialização de certos setores da produção estariam descartadas. Assim, mantém-se apreciável valor defensivo no quadro do capitalismo que assume, em alguns de seus aspectos, certo peso formativo e capacidade de difusão cultural, não assumindo, nunca como conjunto, qualquer veleidade de se transformar numa via de superação do capitalismo, ou provocar uma inversão dos critérios gerais inerentes à lógica capitalista.

As cooperativas neste cenário possibilitam, muitas vezes, a oportunidade de trabalho e um melhor nível de renda, neste e em outros sistemas econômicos, viabilizando condições mais favoráveis de inserção no mercado, fortalecendo a cidadania, a dignidade e a auto-estima das pessoas. O otimismo de Marx expressado no extrato da 'Mensagem Inaugural ao Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores', em 1864, ao tratar da restrição legal de dez horas de trabalho como a vitória de um princípio, é ainda maior quando se refere ao movimento cooperativo, especialmente às cooperativas de manufatura:

... qualquer exaltação do valor destas grandes experiências sociais não poderá nunca ser exagerada. Por atos e não por palavras, provaram que a produção em grande escala, e segundo as exigências da ciência moderna, pode processar-se sem que uma classe de senhores empregue uma classe de **braços**; que os meios de trabalho para darem fruto, não

têm necessidade de ser monopolizados para domínio e exploração do trabalhador; e que o trabalho assalariado assim como a escravatura, como a servidão, é apenas uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer perante os trabalhos associados, os quais passarão a dedicar-se às suas tarefas com braços ágeis, espírito atento e coração alegre. (MARX, 1974, p. 14-15 – grifo do original).

Ele afirma o valor das cooperativas enquanto organizações criadas autonomamente, sem proteção de governo. No Programa de Gotha, 1875, ressalta a necessidade da consciência e participação para o enfrentamento real das leis criadas para alguns.

Consideravelmente mais crítica, Rosa Luxemburgo (1974, p. 31-33) entende que as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista e não podem ser meio para a realização do socialismo, pois constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Para ela, a contradição dos trabalhadores em relação a si próprios, no papel de empresários capitalistas, é a causa do fracasso das cooperativas; a qualificação superficial e banal de disciplina não é mais do que o regime absoluto que é inerente ao capital e que os operários não podem obviamente empregar contra si próprios. (op. cit. p.33)

Lenine (1974), por sua vez, considera que a cooperativa é encarada com desdém pela incompreensão da sua excepcional importância (garante aos seus trabalhadores a propriedade dos meios de produção); segundo ele, seus críticos não percebem sua importância potencial na transição mais facilitada para um novo estado de coisas. O autor considera também que o Estado deva estimulá-las, mais do que às empresas privadas, com seus fundos, apoiando-as no verdadeiro sentido da palavra, proporcionando-lhes privilégios de ordem econômica, financeira e bancária. Para ele, num estado capitalista, as cooperativas são instituições capitalistas coletivas. Lenine concebia a cooperativa como revolucionária após a revolução e não antes.

Para Singer a cooperativa popular é e está como o próprio nome sugere, no campo da economia solidária, pois a considera, em termos conceituais, como

equivalente, embora se possa entender a economia solidária como um conceito mais amplo, que engloba um conjunto de empreendimentos solidários, do qual as cooperativas populares são apenas uma parte (SINGER, 2002 p. 123).

Os participantes da cooperativa vão conhecer os valoresⁱ e princípiosⁱⁱ do cooperativismo e enfrentar seu maior desafio: a validação destes nas ações dos cooperados. Por isso as práticas sociais, como fonte de conhecimento, são para as universidades, que abrigam incubadoras de cooperativas, princípios inspiradores desta metodologia: o reconhecimento do sujeito, mas, sobretudo como sujeitos do saber, e o reconhecimento de que a prática de pesquisa não tem outro sentido que o de contribuir para a construção de uma sociedade justa, em que cada pessoa possa desenvolver-se como ser humano. (PENAGOS, 1998)

Como o cooperativismo pressupõe e promove o ser humano completo, ativo, participante, consciente e capaz do exercício dos direitos e deveres, seus princípios vêm ao encontro das aspirações humanas. Na prática, as cooperativas apontam para a remuneração eqüitativa dos trabalhadores, donos dos meios de produção, e para a participação democrática na tomada de decisões sobre a cooperativa, propiciando novas formas de relacionamento de trabalho e remunerações mais eqüitativas.

3. A questão da inclusão e da concorrência

Incorporar parcelas crescentes da população ao mercado consumidor envolve muito mais do que questões macroeconômicas: deriva da alteração da estrutura produtiva e das condições de se alcançar a cidadania. Hoje podemos observar que o desenvolvimento não parece indicar soluções para os problemas de sobrevivência humana, o que coloca em cheque a fé no progresso que fundamenta a ideologia democrático-capitalista ocidental. O resultado das mudanças impostas pela concentração extraordinária do capital é a predominância da valorização econômica como valores da sociedade em seu conjunto que esbarram na dificuldade da generalização do bem estar, uma vida produtiva e criativa, sintonizadas com as necessidades e interesses de cada um. Ao contrário, a pobreza enquanto situação que combina privação, insatisfação, deficiências, falta de acesso aos bens sociais,

escasso poder político e jurídico demonstra a vulnerabilidade, a apatia e a frustração das tentativas de superação de carências que se interrelacionam e se potencializam. Temos um processo claro de perda de dinamismo da mobilidade social, fragmentação sócio-econômica da classe média e desclassificação social expressa na pobreza e na violência que hoje cobrem todo o território brasileiro.

Para Sonia Rocha (2003) a persistência da pobreza absoluta no Brasil, do ponto de vista do rendimento vincula-se à forte desigualdade de renda tanto entre pessoas quanto entre famílias. A extrema desigualdade impede que aumentos percentualmente significativos dos rendimentos na base da distribuição, como os que ocorreram após o Plano Real, reflitam-se de modo significativo no Coeficiente de Gini. Em desacordo com o que se observa em países de nível de renda per capita semelhante, este coeficiente ligado à distribuição de renda no Brasil, é dos mais elevados do mundo. Paradoxalmente essa desigualdade tem se mantido tanto em conjunturas recessivas quanto em períodos de expansão, tanto em conjunturas inflacionárias quanto de estabilidade de preços. Esse nível de desigualdade gera tensão social crescente em especial nos centros urbanos onde ficam mais claros os contrastes de renda, riqueza e poder.

Um instrumento efetivo de política social passa pela universalização do acesso a serviços públicos básicos e a transferências de renda focalizadas. Isso implica que o novo perfil dos pobres, hoje majoritariamente urbanos e metropolitanos, requer um conjunto mais complexo de políticas públicas dando conta da maior heterogeneidade da pobreza no meio urbano.

Nessas metrópoles, as ações antipobreza devem voltar-se para inserção no mercado de trabalho, com a exigência de aumento do nível de escolaridade e da qualificação para o mercado de trabalho, através de iniciativas que incentivam a freqüência regular à escola e a melhoria da qualidade do ensino público. Outras iniciativas no mesmo sentido são mecanismos de compensação do atraso escolar e de treinamento para o trabalho voltado para adolescentes e jovens adultos. Para as famílias cuja pobreza está associada à presença de crianças e à baixa participação dos adultos no mercado de trabalho, é necessárias mais creches e pré-escolas nas áreas pobres combinadas com um sistema adequado de informação sobre emprego.

Também se revela uma tensão entre a política social e a econômica. A vinculação direta do bem-estar às políticas enfatiza a importância das intervenções sociais com o objetivo do desenvolvimento econômico. O termo desenvolvimento

para a maioria das pessoas denota um processo de mudança econômica conduzido pela industrialização, que implica em outras transformações, sociais, urbanas ou de atitudes, sugerindo em última instância uma conotação de bem estar. A noção de desenvolvimento sustentável, identificada nas publicações do início da década de 90, enquanto preocupação internacional, também é associada ao bem-estar das pessoas. A perspectiva de revitalizar políticas sociais, face ao reconhecimento da necessidade da ação programada dirigida a regiões ou segmentos desprotegidos, se faz presente tendo em vista a escalada da concentração da riqueza.

4. Considerações finais

A partir da chamada Revolução Keynesiana, os mais diversos países do mundo passaram a adotar medidas intervencionistas para resolver suas crises de demanda, ou para alcançarem o tão esperado desenvolvimento econômico via investimento estatal. Também porque a democracia só é possível no capitalismo se houver uma maneira de reduzir antagonismos para que atenuem ou inibam as convulsões sociais. Em termos de regulação, o Estado é entendido como a totalização, ainda que contraditória, de um conjunto de compromissos institucionalizados que criam regras e regularidades nas formas de se financiarem, que se complementam com os compromissos institucionalizados para garantir o próprio sistema capitalista. (Boyer, 1990)

O caminho mais eficaz do equacionamento de problemáticas estruturais aponta para a ampliação da cidadania. Assim, a alteração de uma lógica maior não decorre de decisões tomadas de forma centralizada e burocrática; ela se imprime antes na ampliação dos aspectos econômicos, políticos e culturais dos cidadãos.

Propor ação articulada entre concorrência e cooperação para os padrões tradicionais de compreensão destes conceitos pode parecer uma heresia. No entanto a convergência entre as duas modalidades pode ser orientada para um objetivo comum em ambientes que encerram forças de cooperação e conflito, sem dúvida ingredientes estimulantes para a eficiência e a incessante inovação.

Pensamos que estas questões embora pareçam longe do alcance de políticas sociais, sejam amplas ou focadas, podem contribuir para aumentar a segurança social com a responsabilização do indivíduo pelos resultados ao criar a possibilidade

concreta de autonomização da sociedade. A pura e simples desresponsabilização do Estado com objetivos de redução de despesas e custos, comprometem os resultados eventualmente obtidos. Uma sociedade de governo não supera a questão da soberania ou da disciplina, pois *tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais.* (Foucault, p.291) Mecanismos de alívio da pobreza do tipo solidariedade são importantes embora tenhamos toda uma agenda de reconstrução da sociedade e da economia brasileira. Mercados, é bom lembrar, são construções sociais e culturais e envolvem muito mais ou não envolvem de modo algum perda de direitos trabalhistas ou tributos que mantenham a face do Estado ainda voltada para a massa dos desvalidos. Políticas Públicas devem considerar especificidades e diferenciar sua atuação quando se trata de atores tão desiguais.

NOTAS

ⁱNa Declaração de Identidade Cooperativa a ACI (1998) destaca como valores fundamentais das cooperativas a ajuda mútua, a responsabilidade, a democracia, a igualdade equidade e a solidariedade; e portanto a crença pelos membros dos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros

ⁱⁱ Conforme a última revisão dos princípios cooperativistas que ocorreu em 1975 (ACI, 2002).

Bibliografia

ACI - *Aliança Cooperativa Internacional*. Cooperative Issues. In: _ HYPERLINK <http://www.coop.org/ica/issues/index.html>_, 2002.

_____. In: *Declaración sobre la Identidad y los principios cooperativos: una versión multimídia.* (S.L.); ACI Américas/CCC-CA/Utah Granser, (s.d.) 1 CD 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

_____. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

BOYER, Robert. *A teoria da regulação: uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal editores. 2004.

_____. *Resumo dos cursos do Collège de France 1970-1982*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1998.

LENINE, V. Sobre a Cooperação in *Cooperativismo e Socialismo*. Rui Namorado (org) Coimbra : Centellha, 1974.

LUXEMBURGO, Rosa. *Cooperativismo e Socialismo*. Rui Namorado (org) Coimbra : Centellha, 1974.

MAIA, Denise M. *O papel da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná – ITCP/UFPR – no desenvolvimento humano*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

MARX, K. Sobre a Cooperação in *Cooperativismo e socialismo*. Rui Namorado (Org.) Coimbra: Centellha, 1974.

MIDGLEY, S. *Social Developments: the developmental perspective in social welfare*. London: Sage Publication, 1995.

NAMORADO, Rui. *Cooperativismo e socialismo*. Rui Namorado (Org.) Coimbra: Centelha, 1974.

PENAGOS, Rafael A. *Organización y gestión de la investigación en la Universidad*. Santafé de Bogotá: Ediciones Antropos Ltda., 1998.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista* in Boaventura de Souza Santos (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Terras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINGER, Paul, SOUZA, André R. (org.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, São Paulo: Contexto, 2000.